

Revisão de literatura

Autora: Maria de Fátima Barboza Vasconcellos

INCLUSÃO OU EXCLUSÃO DE ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Maria De Fátima Barboza Vasconcellos. Graduada Em Fisioterapia – 2005/Universidade Vale do Rio Verde – Três Corações – Campus Betim MG- UNINCOR. Cursos de Extensão: Como Estruturar uma Monografia – 2005/Universidade Vale do Rio Verde – Três Corações – Campus Betim MG- UNINCOR. Especialista em Fisioterapia Hospitalar- 2006/Universidade Presidente Antônio Carlos – Centro de Educação Continuada – UNIPAC – Campus de Belo Horizonte MG. Aprimoramento em Fisioterapia Hospitalar Respiratória com Ênfase em Oncologia – 2006 / Hospital Luxemburgo – Belo Horizonte – MG. Curso em Saúde Pública 2007/ Sind-Saúde/MG/Núcleo Betim. Curso de Homeopatia – 2009/ Portal da Educação– Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED. Pós Graduada em Saúde Pública e Educação- 2009 - 2011/ Universidade José do Rosário Vellano-UNIFENAS, Campus de Belo Horizonte. Graduada em Serviço Social 2008 - 2011 / Centro Universitário Interativo COC/ UNISEB em parceria com NEWTON PAIVA - BH.

RESUMO

Este artigo discute questões atuais relacionadas à política nacional de inclusão escolar no sistema regular de ensino. O presente trabalho tem como objetivo mostrar que a inclusão é algo que pode acontecer verdadeiramente, basta pensarmos nas necessidades do portador de deficiência e enxergá-los como seres humanos, como qualquer cidadão, com suas dificuldades sim, mas também com suas capacidades e que eles têm direito a educação e viver na sociedade, freqüentando escolas como qualquer outra criança. Hoje a Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante o direito dessas crianças com atendimento preferencialmente na rede regular de ensino, com respeito e suas habilidades e individualidades, cabendo ao professor buscar esses caminhos que levem ao desenvolvimento do portador de necessidades especiais. Aceitar um portador de deficiência é aceitar também suas diferenças e limitações.

Descritores: “necessidades especiais, inclusão e exclusão, escola inclusiva”.

ABSTRACT

This article discusses current issues related to national policy for school inclusion in regular schools. This paper aims to show that inclusion is something that can really happen, just think of the needs of disabled people and seeing them as human beings, like any citizen, but with its difficulties, but also with their capacity and that they are entitled to education and live in society, attending school like any other child. Today the Law of Directives and Bases of Education guarantees the right of these children with care preferably in the regular education, with respect and their abilities and personalities, whereas the teacher seek out those paths that lead to the development of special physical needs. Accept a disabled person is also accepting their differences and limitations.

Keywords: "special needs, inclusion and exclusion, inclusive school. "

1 INTRODUÇÃO

A inclusão é a crença de que todos têm direito de participar ativamente da sociedade, contribuindo de alguma forma para o seu desenvolvimento.

O desafio é mostrar que incluir não é resgate de cidadania, pois só se resgata o que foi perdido e portadores de deficiência têm pouco para resgatar, precisam é conquistar.

Acredita-se que toda criança deve ter o direito de estar inserida em um programa educacional, independente de suas possibilidades de aprendizagem acadêmica, até porque o sentido aqui atribuído ao processo educacional ultrapassa os limites impostos a um programa restrito à educação formal, acadêmica.

Todo espaço educacional pressupõe a convivência. A possibilidade de conviver, trocar (dar e receber) e vivenciar situações do cotidiano é um objetivo implícito no processo de aprendizagem, bem como no desenvolvimento humano.

O direito de todos os indivíduos à educação, como caminho possível de integração com o meio social, deve ser respeitado, independentemente das dificuldades ou deficiências do educando. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Constituição Federal, 1988).

A nova LDB 9.394/96 em seu capítulo V coloca a educação dos portadores de necessidades especiais o direito de serem atendidos em escolas regulares. Com a implementação da nova Lei, as escolas abraçaram um atendimento mesmo não estando preparadas. Passaram a receber estas crianças sem condições que possibilitem a sua integração.

Diante deste contexto o trabalho contribui para responder a questão: De que modo esta sendo realizada a inclusão dos portadores de deficiência nas escolas regulares. E como as escolas estão sendo preparadas para receber estes educandos portadoras de necessidades especiais?

Assim sendo o trabalho propõem como objetivo geral identificar os problemas e limitações que as crianças portadoras de deficiência tem enfrentado para serem incluídas nas escolas regulares, além das limitações específica da deficiência.

E como objetivos específicos averiguar se as escolas de ensino regular estão preparadas para receber alunos portadores de deficiências, esclarecer se a inclusão dos mesmos faz diferença na aprendizagem e desenvolvimento intelectual, investigar quais as atividades são realizadas com estes educandos na escola regular.

Este estudo se justifica pela importância maior que a educação especial assume, a cada ano, dentro da perspectiva de atender as crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia, que será alcançada quando todas as pessoas indiscriminadamente tiverem acesso à informação, aos conhecimentos e aos meios necessários para formação de sua plena cidadania.

O presente estudo se torna relevante na medida em que procura mostrar o valor da metodologia de como está sendo o procedimento de inclusão dos educandos portadores de necessidades especiais nas escolas curriculares normais.

Uma escola inclusiva visa atender aos portadores de necessidades especiais propiciando e buscando sempre um acesso facilitado em todos os aspectos: físico, emocional, ensino de qualidade e aprendizagem significativa para todos independente de suas diferenças.

É uma escola, que possa oferecer um processo dosado de acordo com as necessidades de cada criança. Com o objetivo de fazer que cada criança atinja o seu potencial máximo.

Com o passar do tempo verificou-se, que o portador de necessidade especial ainda continua excluído da escola. Que a inclusão é um processo que envolve toda a sociedade, tornando-se uma questão de ética. Assim, exige-se a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, onde colaboração e cooperação são indispensáveis. A construção dessa relação implica por parte da escola respeito pelos conhecimentos e valores que as famílias possuem.

A afetividade é uma influência de maneira significativa onde possa sempre haver parceria entre professor, aluno, família, comunidade e todos grupos sociais. E para que isso de fato ocorra é preciso que todos sejam capazes de buscar sempre um diálogo mútuo, onde exista uma troca de saberes. Esta interação é necessária para o melhor desenvolvimento da escola inclusiva.

Já houve grande avanço. No entanto, muita coisa precisa ser feita em prol da Educação dos Portadores de Necessidades Especiais. É preciso conscientizar a sociedade para o fato de que o deficiente deve usufruir o direito de cidadania em sua plenitude, não devendo discriminá-lo e sim estimular a desenvolver suas potencialidades, para que possa integra-se à sociedade e inserir-se no mercado de trabalho de acordo com suas aptidões.

Mas para que isto aconteça, é necessária uma ação educativa comprometida com a cidadania e com a formação de uma sociedade mais democrática e menos excludente.

2 METODOLOGIA

Como método para a construção do artigo foi utilizada a pesquisa bibliográfica mediante o método descritivo. De acordo com Vergara (2007), pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral.

Para Lakatos e Marconi (2001) os estudos descritivos destinam-se a descrever as características de determinada situação, os estudos descritivos diferem dos resultados exploratórios no rigor em que são elaborados seus projetos. Neste sentido Vergara (2003) descreve a pesquisa descritiva como aquela que expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno, podendo ainda estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza.

A coleta de dados foi realizada na bibliografia eletrônica do site da Biblioteca Regional as bases de dados online no site de procura do Google acadêmico, pesquisas em livros, revistas, palestras, a fim de adquirir embasamentos teóricos para dissertação sobre o tema proposto. Para tanto, no

momento da busca por artigos científicos foram utilizados os **seguintes descritores** “portador de necessidades especial, inclusão e exclusão, escola inclusiva”. Foram analisadas X publicações sobre a temática.

Decorrente dessa busca científica partiu-se para análise do material, seguindo as etapas: leitura exploratória, procedente da necessidade de conhecer melhor o problema, aprimorar idéias; leitura seletiva, através da qual foram selecionados a literatura pertinente aos propósitos do artigo; leitura analítica dos textos, momento de apreciação e julgamento das informações, evidenciando-se os principais aspectos abordados sobre o tema. Para melhor descrever o tema os dados foram organizados em três subtópicos listados a seguir: Educação é direito de todos. Políticas da Inclusão. Exclusão Dos Portadores De Deficiência. Escolas para receber portadores de deficiências.

Finalmente, leitura interpretativa que, apoiada na experiência profissional do pesquisador, conferiu significado mais amplo aos resultados obtidos com a leitura analítica.

2 DESENVOLVIMENTO

O conceito de inclusão aqui considerado é aquele definido como um processo que não se restringe à inserção de pessoas deficientes no sistema educacional. Entendemos que incluir envolve, além da convivência física, o desenvolvimento de culturas, políticas e práticas que eliminem barreiras impostas à aprendizagem e contribuam para o aumento da participação dos alunos em diferentes áreas de suas vidas (SANTOS, 2003).

2.1 Educação é direito de todos

As Diretrizes Curriculares para a Educação Especial (Resolução do C.N.E, n. 2, 2001) representam um progresso na definição das Políticas para a Educação Inclusiva e nas propostas para a sua operacionalização

Segundo Peixoto (2004) a educação é direito de todos, os indivíduos portadores de deficiência estão sem dúvida aí incluída; portanto, sua educação é plenamente assegurada. Além disso, também na Constituição, o artigo 208,

inciso III, reassegura o “... atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Além da educação, outros direitos aos portadores de deficiência são adquiridos como: a igualdade de direitos no trabalho, assistência social especial, adaptações materiais, físicas e sociais, visando proporcionar-lhes condições adequadas de acesso aos bens sociais de locomoção e que estes se tornem o mais independente possível, além do direito ao ensino especializado, sempre que necessário, ou seja, a tão chamada Educação Especial, (PEIXOTO, 2004).

Assegurar oportunidades iguais, no entanto, não significa garantir tratamento idêntico a todos, mas sim oferecer a cada indivíduo meios para que ele se desenvolva, tanto quanto possível, o máximo de suas potencialidades.

Assim para que o princípio da igualdade de oportunidades (direito formal) se torne um fato (direito real), são indispensável que sejam oferecidas oportunidades educacionais diversificadas. “O verdadeiro significado da igualdade de oportunidades educacionais repousa mais na diversificação que na semelhança de programas escolares”. (MAZZOTA, 1982).

Segundo Pietro (1997), presenciamos vários movimentos sociais que apontam para um reconhecimento de direitos de cidadania e para a solução de problemas humanitários como: a reivindicação para legitimar o direito ao aborto em casos de estupros e de alto risco de vida para gestante, a luta para garantir a legitimação da união civil de casais homossexuais, entre outros, a histórica luta para garantir educação para todos.

2.2 Políticas da Inclusão

Incluir não é colocar o indivíduo junto aos demais apenas, mas buscar em nos mesmos caminhos, vontade para que possamos ajudá-los a ser um vencedor e então também junto com os portadores seremos também vencedoras.

De acordo com Mazzotta (1996), o movimento mundial da inclusão chega ao Brasil com a Declaração Mundial de Educação para todos, que propõe: Uma educação, destinada a satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, a

melhoria da qualidade de vida e do conhecimento e a participação do cidadão na transformação cultural de sua comunidade.(art.1º).

Portanto, os princípios da educação inclusiva foram melhor classificados com a divulgação da Declaração de Salamanca em 1994, que traz importante transformação conceitual em relação aos objetivos da educação especial, modificando a forma de atendimento educacional das pessoas com deficiências graves ou dificuldades de aprendizagem.

Para tanto surge o conceito de necessidades educacionais especiais segundo o qual as escolas têm de encontrar maneiras de educar com êxito todas as crianças, independente de suas capacidades físicas, sensoriais, intelectuais ou emocionais.

É fundamental que se tenha em mente que a educação de alguns deficientes pode ocorrer tanto pela via comum quanto especial. “O tipo de grau da deficiência bem como os efeitos por ela acarretados, além das condições gerais dos serviços comuns, e que ira servir de indicadores da necessidade ou não da utilização de auxílios e serviços especiais de educação.”(Mazzotta,1997 p.37).

Desta maneira são as necessidades educacionais individuais confrontadas com os serviços educacionais existentes na comunidade, que devem subsidiar a definição da via ou de recursos a serem utilizados para a educação de qualquer pessoa, e não o rótulo, o estigma de deficiente.

De acordo com Sasaki (1997), a inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos envolvidos no processo de inclusão dando um passo para caminhar em sociedade livre de preconceitos e limitações.

Para que essa ajuda de fato venha ocorrer a Declaração de Salamanca assegura que: Os jovens com necessidades educacionais especiais devem receber ajuda para fazer uma eficaz transição da escola para a vida adulta produtiva. Ter oportunidades para tomar decisões que afetam a própria vida, realizar atividades de própria escolha. Vida independente tem a ver com a autodeterminação. É com direito e oportunidade para seguir um determinado caminho. E significa ter a liberdade de falhar e aprender das próprias falhas, tal qual pessoas não deficientes, (SASSAKI,1997, pg 32).

Segundo Sasaki (1997), a integração e a inclusão são dois processos muito importantes na busca de uma sociedade inclusiva. Princípio este que leva implícito o conceito de normalidade, destacando que a normalidade é um conceito relativo sujeito a critérios de tipo estatístico.

Deve-se ressaltar que promover a inclusão, não significa, apenas, permitir que o aluno especial adentre em uma escola regular¹, dando-lhe a oportunidade de ficar junto, fisicamente, dos que não são portadores de necessidades especiais, mas, principalmente, garantir que lhe sejam dadas condições de aprendizagem, desenvolvimento social, cognitivo e afetivo, por ele ser sujeito de direitos e cidadão (CURY, 1999).

Conforme Mazzotta, (1996), muitos pesquisadores têm feito críticas às políticas do Ministério da Educação para a Educação Especial. Elas distanciam essa modalidade de educação, do campo de pedagogia, aproximando-a da área específica da psicopedagoga de viés clínico, relegando componentes administrativos e disciplinares, imprescindíveis ao trabalho escolar. Para o autor, o enfoque conferido, reduz a ação educacional aos paradigmas didáticos.

O tratamento dispensado às pessoas que possuem algum tipo de deficiência Física, sensorial e mental evoluiu, principalmente, nos países desenvolvidos, passando da administração de “cuidados asilares”, ao reconhecimento do direito à educação, à reabilitação, à seguridade social, ao trabalho, ao transporte, ao lazer e à cultura. (MAZZOTTA, 1996).

Para que de fato a inclusão venha acontecer basta que as legislações sejam levadas a sério e algumas aperfeiçoadas e que a pessoa envolvida neste processo no caso aqui o professor seja um atuante e que este esteja em constante aperfeiçoamento podendo assim atender as necessidades do aluno.

Exclusão Dos Portadores De Deficiência

Segundo a Bíblia todos os homens foram criados iguais a imagem e semelhança de Deus, porém não é isso que a humanidade tem demonstrado, pelo contrário o mais forte e mais capazes de lidar com o meio sobrevivem, enquanto os mais fracos perecem. Segundo a autora Glat (1998), esta

diferença acaba sendo um processo de seleção. O que a autora retrata primeiramente é a deficiência como condição de incapacidade, não apenas por suas limitações, mas também pelas limitações sociais que ela acarreta. "A sociedade é quem rotula e conseqüentemente trata diferencialmente os indivíduos que as possuem." (Glat, 1998).

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, ser perfeito inculcavam a idéia da condição humana como incluindo perfeição física e mental e não sendo parecidos com Deus, os portadores de deficiência eram colocados postos a margem da condição humana. (MAZZOTTA, 1982 p 3).

De acordo com a autora Glat (1998), este sentimento acarreta outros sentimentos não tão nobres. Porque ao ver os outros nos comparamos com ele e começamos a pensar e dar graças a Deus de não ser assim ou de não ter tido um filho nessas condições. Este tipo de pensamento contraria a nossa formação moral, começamos a nos sentir culpados por estarmos satisfeitos de que a bomba caiu na casa do vizinho e não na nossa casa.

Mais ainda, como salienta Glat (1997), a integração não pode ser vista simplesmente como um problema de políticas educacionais ou de modificações pedagógica – curriculares na Educação Especial. "Integração e um processo subjetivo e inter- relacional", (Glat 1997, p 199).

Escolas para receber portadores de deficiências

Há o desafio de se pensar em uma escola que perceba que todos não são iguais. Tal percepção implica mudança de postura e de ações pedagógicas, bem como debates mais ampliados em torno da diversidade. Não se trata de preparar e esperar a escola ficar pronta para a inclusão.

A sensibilidade dos desafios já é, em si, uma forma de enfrentamento, trata-se de assegurar a construção de uma escola qualitativamente capaz de responder aos desafios da heterogeneidade.

Para que uma escola se torne, verdadeiramente inclusiva, é preciso que seus professores sejam motivados, envolvidos e, sobretudo, capacitados para dar conta de atender às diversidades, às necessidades de seus alunos especiais, para que eles não fracassem na escola e na sociedade.

Segundo Sasaki (1997), a integração e a inclusão são dois processos muito importantes na busca de uma sociedade inclusiva. Princípio este que leva implícito o conceito de normalidade, destacando que a normalidade é um conceito relativo sujeito a critérios de tipo estatístico.

De acordo com Sasaki (1997), apesar do esforço crescente, ainda são insuficientes projetos que assegurem todo o apoio a professores e alunos. Por conseguinte, sente-se que a eficácia no processo de educação inclusiva deve manter também espaços de convivência que desestimulem a discriminação e o preconceito.

O que hoje é normal pode não ter sido ontem e não sabemos como será amanhã. O que aqui é normal pode ser anormal em outro lugar ou vice-versa. De tal maneira que o normal não se encontra dentro da pessoa, mas fora dela é aquilo que os outros percebem nas pessoas (SASSAKI, 1997, p 43).

Já para Poker (2003), é importante que toda comunidade escolar seja, devidamente preparada, para receber e conviver com os alunos especiais e seus pais, a fim de que o paradigma da inclusão seja, realmente, construído e consolidado. A escola regular precisa, em síntese tornar-se realmente, um *locus* de troca, de interação de convivência humana e solidária, promovendo, também, uma prática de ensino-aprendizagem que contemple a diversidade e a diferença.

Uma escola que queira se constituir como modelo de educação inclusiva tem de se comprometer com: a melhoria da qualidade de ensino; a integridade das relações interpessoais; a oferta de adequadas condições de aprendizagem para todos os alunos; “o reconhecimento, de que as limitações e diferenças dos alunos especiais devem ser tratadas como um desafio, para a constituição de uma prática pedagógica competente e compromissada” (POKER; 2003).

Assim segundo este pesquisador, não é o aluno especial que fracassa, mas a escola que falha devido ao fato de não possuir competência necessária para garantir a aprendizagem de todos. Já a inclusão tem por objetivo incluir o deficiente ou um grupo que anteriormente foram excluídos da convivência com os demais, ou seja, segundo Werneck (1997) “incluir é humanizar caminhos”.

Inclusão escolar requer um esforço metodológico instrumental e uma profunda mudança na concepção e na compreensão das diferenças pelos

profissionais da educação e pela sociedade. É, também, imprescindível que, cada aluno com necessidades especiais, com peculiaridades, diferenças e diversidades singulares, receba atenção, os cuidados e o acompanhamento necessário, para que possa desenvolver suas potencialidades e capacidades.

CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho é notório que a inclusão dos portadores de deficiência é um processo que exige respeito ao próximo, tanto da pessoa que recebe esse indivíduo quanto do próprio deficiente e principalmente a aceitação das diferenças de cada um. É preciso antes de tudo que o próprio deficiente se aceite dentro de seus limites para que então seja aceito pela sociedade.

Educar uma criança portadora de necessidades especiais é uma experiência nova para o professor e também um desafio. É que esta criança não pode ser vista como se fosse um obstáculo dentro da sala, pois acreditar na capacidade e em sua potencialidade e acreditar que pode sim trabalhar para que se construa um futuro melhor sem discriminação, sabendo que estas crianças têm muito a nos ensinar e que são tão ou mais inteligentes aos ditos normais.

Quem sai ganhando com isso são todos nós, pois aceitar as diferenças enriquece a nossa formação de cidadão, desenvolve valores éticos, valores que devem ser ressaltados nos educadores, educandos e políticos.

A LDB fala de igualdade, respeito, qualidade, o ECA, fala dos direitos, cabe a todos nós cumpri-las ou cobrar o seu cumprimento para que os alunos portadores de deficiência sejam realmente atendidos na sociedade e na escola.

Ao analisar todo o contexto deste artigo observará claramente que todo esse respaldo mencionado fica apenas no papel que na verdade isso não vem acontecendo.

A lei diz que é direito de todos à educação, portanto cabe à escola aprender a conviver com as diferenças e traçar caminhos que levem de fato a inclusão. Mais do que direito à educação é o direito as oportunidades educacionais. A extensa gama de diferenças existentes entre os educandos a serem atendidos nas instituições escolares exige que haja uma diversidade de meios disponíveis no sistema escolar, a fim de se assegurar o atendimento desse direito.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

- 1- _____. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 05/07/2008
- 2- _____. MEC/SEESP. Programa Nacional de Apoio à Educação de Deficientes Visuais: formação de professor. Brasília, 2002.
- 3- _____. Resolução CNR/CEB n.02 de 11 de setembro de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>.> .
- 4- BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO: Constituição do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988.
- 5- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990.
- 6- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96.
- 7- CURY, C. R. J. Direito à diferença: um reconhecimento legal. Educação em revista, Belo Horizonte, n. 15, 1999.
- 8- GLAT, R. Capacitação de professores: primeiro passo para uma Educação Inclusiva. In: TANAKA, N. N. & SHIMAZAKI, E. M. (Org.). Perspectivas multidisciplinares em Educação Inclusiva. Londrina: EDUEL, 1998.
- 9- GLAT, R. e DUQUE, M. A. Convivendo com filhos especiais: o olhar paterno. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.
- 10- GLAT, Rosana. Educação Especial: A integração Social dos portadores de deficiência, uma reflexão. Vol I 2ª edição. Ed. Eletrônica – 1998
- LAKATOS EM, & Marconi MA. Pesquisa bibliográfica. In: _____. Metodologia do trabalho científico. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001: 43-77.
- 11- MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.
- 12- MAZZOTTA, M.J.S. Educação Escolar: Comum ou Especial. São Paulo: Pioneira, 1982.
- 13- PEIXOTO, C. E. Solidariedade familiar intergeracional. In: ARAÚJO, C; CALON, C. (orgs.) Gênero, família e trabalho no Brasil. RJ: ed. FGV, 2005.
- 14- POKER, R.B. Perspectiva para educação especial. In _____ Seminário Internacional da Sociedade Inclusiva,1. 2001. Belo Horizonte, PUC-MG. 2001.120 p.

15- PRIETO.R.G, Políticas da inclusão: Compromisso do poder publico, da escola e dos professores,1997.

16- SANTOS, M. P. O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva. Revista da Faculdade de Educação da UFF, n. 7, p.78-91, maio 2003.

17- SASSAKI, Romeu Kazumi. Construindo uma sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: Ed W.V.A, 1997.

18- VERGARA SC. Projetos e relatórios de pesquisas em administração. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007: 92.

19- VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 4 ed.São Paulo: Atlas, 2003.

20- WERNECK, Claudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: ED. W.V.A, 1997.